

Inquérito Civil n. 06.2019.00005492-7

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Xaxim, representada, neste ato, por seu Promotor de Justiça titular nesta Comarca, **SIMÃO BARAN JUNIOR**; e **MATHEUS ZANELLA FONTANA**, empresário individual, inscrito no CNPJ n. 35.765.556/0001-53, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, com fundamento no art. 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85 e no art. 89 da Lei Estadual n. 738/2019 e;

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 129 da CRFB), assim como a proteção dos interesses difusos, coletivos (art. 127, inciso III, da CRFB e art. 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor) e individuais homogêneos (art. 127, inciso IX, da CRFB e art. 81, inciso III e 82, do CDC);

**CONSIDERANDO** que, em obediência à imposição do art. 5º, inciso XXXII da CRFB, no sentido de instar o Estado a promover, “na forma da lei, a defesa do consumidor”, foi publicado, em 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (CDC - Lei Federal n. 8.078/90);

**CONSIDERANDO** ser direito básico do consumidor a proteção de sua vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (art. 6º, inciso I, do CDC);

**CONSIDERANDO** que o art. 18, § 6º do CDC estabelece que “são impróprios ao uso e consumo: I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; III – os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam”;

**CONSIDERANDO** que o art. 31 do CDC determina que “a oferta e apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 5º, inciso IV, do Decreto Estadual n.º 31.455/87, segundo o qual a pessoa somente pode expor à venda ou ao consumo alimentos e bebidas próprios para tal finalidade, sendo assim considerados os que obedeçam às disposições da legislação federal e estadual vigentes relativas ao registro, rotulagem e padrões de identidade e qualidade;

**CONSIDERANDO** que o art. 9.º do Decreto Estadual n.º 31.455/87 dispõe que a pessoa não pode comercializar os alimentos e bebidas que:

- I - provenham de estabelecimento não licenciado pelo órgão competente;
- II - não possuam registro no órgão federal competente, quando àquele sujeitos;
- III - não estejam rotulados, quando obrigados a esta exigência, ou, quando desobrigados, não puder ser comprovadas a sua procedência;
- IV - estejam rotulados em desacordo com a legislação vigente;
- V - não correspondam à denominação, à definição, à composição, à qualidade, e aos requisitos relativos a:
  - a) rotulagem e é apresentação do produto especificado no respectivo padrão de identidade e qualidade - quando se tratar de alimento padronizado;
  - b) outros requisitos que tenham sido declarados no momento do respectivo registro quando se trata de alimento de fantasia ou não padronizado;
  - c) especificações federais pertinentes ou, em sua falta, às dos regulamentos estaduais concernentes, ou às normas e padrões internacionais aceitos quando ainda não padronizados;

**CONSIDERANDO** que o art. 96 do Decreto Estadual n.º 31.455/87 dispõe que a pessoa proprietária de/ou responsável por estabelecimentos de produção, industrialização e comercialização de alimentos e bebidas é **proibido**:

- I - expor à venda, ou ter em depósito, substâncias tóxicas ou cáusticas para qualquer uso, que possam ser confundidas com gêneros alimentícios expostos ao consumo;
- [...]
- III- expor à venda, ou ter em depósito entre os gêneros alimentícios para consumo público, gêneros deteriorados, alterados ou falsificados.
- IV - expor à venda ou ter em depósito produtos sem registro no órgão sanitário competente ou com o prazo de validade esgotado.
- [...]

**CONSIDERANDO** que firmou-se Termo de Cooperação Técnica envolvendo o Ministério Público, as Secretarias de Estado da Fazenda, do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, da Saúde, da Segurança Pública, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Santa Catarina, cujo objeto é a fixação de critérios e normas de ação conjunta, por meio dos órgãos envolvidos, para a inspeção e fiscalização de produtos de origem animal (carne, pescado, leite e seus derivados), visando à garantia da qualidade e segurança para o consumo e à preservação ambiental;

**CONSIDERANDO** que a ingestão de produtos impróprios para o consumo pode ocasionar problemas de saúde aos consumidores, podendo levar, inclusive, à morte;

**CONSIDERANDO** que no dia 27 de agosto de 2019, Fiscais da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, por meio de ação fiscalizatória desencadeada pelo Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal - POA, constataram as seguintes irregularidades no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO, conforme Auto de Intimação n. 018587-A e n. 018588-A (fls. 8-9):

- ☒ 12,300 quilos de carne bovina sem procedência, mal acondicionada e em péssimas condições;
- ☒ 4,3 quilos de carne de frango sem inspeção e mal acondicionada;
- ☒ 8,1 quilos de carne suína sem inspeção e mal acondicionada
- ☒ 11,83 quilos de queijo sem inspeção;
- ☒ 500 gramas de salame sem inspeção;
- ☒ 800 gramas de mortadela vencida;
- ☒ 800 gramas de amendoim vencido;
- ☒ 900 gramas de doce maria mole vencido;
- ☒ 24 unidades de gelatina vencida;
- ☒ 8,2 quilos de polvilho doce vencido;
- ☒ 15 quilos de chocolate granulado vencido;
- ☒ 500 gramas de amido de milho vencido;
- ☒ 04 quilos de farinha de mandioca vencida;
- ☒ 03 quilos de creme de leite Piracanjuba vencido;
- ☒ 600 gramas de salgadinho vencido;

- ☒ 600 gramas de coco ralado vencido;
- ☒ 1,5 quilos de pipoca Bilu vencida;
- ☒ 200 gramas de pipoca natural vencida;
- ☒ 240 gramas de batata palha vencida;
- ☒ 600 gramas de ketchup vencido;
- ☒ 320 gramas de bolacha recheada vencida;
- ☒ 400 gramas de geleia de figo vencida;
- ☒ 120 gramas de Kitano 9 temperos vencido;
- ☒ 08 quilos de pipoca sem procedência;
- ☒ 36 litros de cachaça sem registro junto ao órgão competente;
- ☒ 44 litros de vinho sem registro junto ao órgão competente;
- ☒ 35 quilos de farinha de trigo vencida;
- ☒ 1,6 quilos de lentilha vencida;
- ☒ 01 quilo de farinha de mandioca vencida;
- ☒ 350 gramas de sopão kitano vencido;
- ☒ 02 quilos de feijão vencido;
- ☒ 01 pacote de sal com embalagem violada;
- ☒ 36 quilos de mandioca sem identificação e mal acondicionada;
- ☒ 6,5 quilos de feijão sem procedência e mal acondicionado;
- ☒ 650 gramas de pimenta do reino vencida.

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA**, com fulcro no art. 5.º, § 6.º da Lei Federal n.º 7.347/85 e art. 86 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei n.º 197/2000), mediante os seguintes termos:

## **1 – DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta tem por objeto dar cumprimento às normas da Lei n. 8.078/90, do Decreto Estadual n. 31.455/87, objetivando a adequação do estabelecimento do **COMPROMISSÁRIO** aos requisitos exigidos pela legislação consumerista.

## **2 – DA OBRIGAÇÃO DE FAZER**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se

com a seguinte obrigação de fazer: adaptar-se, no prazo de 10 (dez) dias, a partir da assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta, às normas vigentes relacionadas à fabricação, distribuição, manipulação, acondicionamento e às condições higiênico-sanitárias dos alimentos, visando sempre à preservação da saúde do consumidor, notadamente:

- ☒ 3.1. Acondicionar e manter os produtos regularmente e de acordo com a indicação da embalagem;
- ☒ 3.2. Não expor à venda produtos cuja embalagem estiver violada ou aberta;
- ☒ 3.3. Não expor à venda produtos que não estejam devidamente registrados no órgão público sanitário competente;
- ☒ 3.4. Não reaproveitar alimentos com prazo de validade vencido;
- ☒ 3.5. Não colocar novos prazos de validade em produtos cujos prazos estejam vencidos ou por vencer;
- ☒ 3.6. Não vender produtos cujo rótulo não apresente a data de validade;
- ☒ 3.7. Não vender produtos com prazo de validade vencido;
- ☒ 3.8. Não comercializar produtos com alteração nas suas propriedades organolépticas, que apresentem elementos estranhos ou impurezas;
- ☒ 3.9. Não comercializar produtos de origem animal e derivados sem que estejam previamente submetidos à inspeção pelo órgão competente (Vigilância Sanitária Municipal, Estadual ou Federal);
- ☒ 3.10. Manter fiscalização diária das condições dos produtos expostos ao consumo.

**Parágrafo Primeiro:** Para comprovar o descumprimento das normas dispostas na presente cláusula, basta tão somente um relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como a representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos indicando a existência de irregularidades no estabelecimento do COMPROMISSÁRIO;

### **3 – DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O COMPROMISSÁRIO, como medida compensatória pelos danos provocados aos direitos tutelados pelo presente instrumento, compromete-se a pagar ao Fundo para Reconstituição de Bens

Lesados do Estado de Santa Catarina o valor de **R\$ 500,00** (quinhentos reais).

**Parágrafo Primeiro:** A multa será paga em duas parcelas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) até o dia **10-3-2020 e 10-4-2020**, mediante boleto bancário entregue ao COMPROMISSÁRIO.

#### **4 – DA MULTA E DA EXECUÇÃO**

O descumprimento das obrigações constantes no presente compromisso, sujeitará o COMPROMISSÁRIO, a título de cláusula penal, ao pagamento de multa no importe de **R\$ 100,00 (cem reais), por quilograma, de origem animal, comercializado ou exposto à venda que, de acordo com as normas sanitárias, esteja impróprio para o consumo**, exigível enquanto perdurar a violação, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação executiva específica para cobrar-se o fiel cumprimento das obrigações, caso não respeitadas as formas e os prazos previstos neste compromisso, na forma estatuída no parágrafo 6º, do art. 5.º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985.

Na impossibilidade de ser identificado o peso dos produtos impróprios ao consumo, a multa será estabelecida no valor de dez vezes o valor do produtos apreendidos.

#### **5 – DA VIGÊNCIA**

Este ajuste somente produzirá efeitos legais a partir de sua assinatura, momento em que os prazos fixados no acordo terão início.

O COMPROMISSÁRIO está ciente do início da vigência do presente ajuste, bem como dos prazos a serem observados.

#### **6 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica consignado que os valores eventualmente desembolsados a título de cláusula penal deverão ser revertidos em benefício do FUNDO ESTADUAL DE REPARAÇÃO DOS BENS LESADOS, de que trata a Lei n. 15.694/11, e

regulamentada pelo Decreto n. 808/12.

As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Xaxim/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

Ficam, desde logo, os presentes cientificados de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário, e a promoção, submetida ao colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõem o parágrafo 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo 26 do Ato n. 335/2014/PGJ.

Xaxim, 30 de janeiro de 2020.

SIMÃO BARAN JUNIOR

Promotor de Justiça

MATHEUS ZANELLA FONTANA

Compromissário